

Previdência Social

Edição Comemorativa
Dezembro/2010

88
anos



Renovação aos 88 anos

- *Benefícios em até 30 minutos*
- *Modernos sistemas de gestão*
- *Proteção a brasileiros no exterior*
- *Investimentos em tecnologia*
- *Maior número de agências*
- *Servidores capacitados*
- *Ampliação da cobertura*
- *Carta-aviso, extrato, contracheque*



PREVIDÊNCIA SOCIAL



anos

Sumário

Benefícios são
concedidos em até
30 minutos **16**

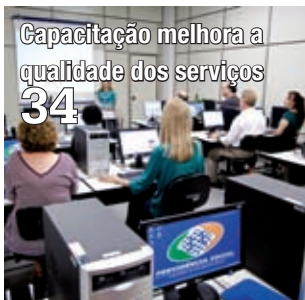


Previdência investe
na melhoria das
unidades **26**



Autônomo pode virar
um Empreendedor
Individual **40**





Apresentação 8

Grandes Números 10

Atendimento remoto acaba com as filas nas agências 14

Extrato possibilita acompanhar recolhimento 18

Beneficiários têm direito a contracheque 20

Bancos passam a pagar por folha mensal 21

INSS vende imóveis do Fundo do Regime Geral 22

Consignado fecha ano com 17,8 mi de contratos 23

Anuário mostra avanços da Previdência Social 30

Termo de Compromisso garante resultados 31

Concursos fortalecem o quadro de servidores 32

Sala de Monitoramento facilita gestão do INSS 33

Previdência tem taxa recorde de cobertura 36

Acordos dão proteção aos brasileiros no exterior 38

Educação Previdenciária amplia foco de atuação 42

Força-tarefa atua no combate a fraudes 43

Setor urbano tem superávits sucessivos 44

Mais empresas investem no trabalho decente 46

Dataprev realiza maior migração de dados 48

Cresce patrimônio dos Regimes Próprios 51

Previdência Complementar passa por reformulações 53

Previc traz segurança para os fundos de pensão 55

Mais próxima dos brasileiros pelo twitter 59

Programa reduz as demandas judiciais 60

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

Ministério da Previdência Social - MPS

Carlos Eduardo Gabas
Ministro da Previdência Social

João Ernesto Aragonés Vianna
Secretário-Executivo

Fernando Rodrigues
Secretário de Políticas de Previdência Social

Murilo Barella
Secretário de Políticas de Previdência Complementar

Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Valdir Moysés Simão
Presidente

Benedito Adalberto Brunca
Diretor de Benefícios

Filomena Maria Bastos
Diretora de Saúde do Trabalhador

Guilherme Fernando Scandelai
Diretor de Orçamento, Finanças e Logística

José Nunes Filho
Diretor de Recursos Humanos

Luís Henrique Fanan
Diretor de Atendimento

Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev

Rodrigo Ortiz Assumpção
Presidente

Álvaro Luís Botelho
Diretor de Finanças e Serviços Logísticos

Daniel Darlen Ribeiro
Diretor de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação

Janice Fagundes Brutto
Diretora de Pessoas

Rogério Souza Mascarenhas
Diretor de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações

Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc

Ricardo Pena
Diretor-Superintendente

Carlos Alberto de Paula
Diretor de Análise Técnica

Edevaldo Fernandes da Silva
Diretor de Assuntos Econômicos Atuariais e Contábeis

José Maria Freire de Menezes Filho
Diretor de Administração

Manoel Lucena dos Santos
Diretor de Fiscalização

Ivan Bechara Filho
Procurador-Chefe

Assessoria de Comunicação Social - MPS

Marco Túlio Alencar
Coordenador-Geral

Fátima Gomes
Chefe da ACS

Redação

Ana Carolina Melo
Angela Romito
Camilla Andrade
Daniel Dutra
Eduardo Formosinho
Inaiá Sant'Ana de Menezes - Previc
Izabel Bacelar
Klécius Henrique
Lígia Borges
Lourdes Marinho
Márcia Assunes

Mauren Rojahn
Natália Oliveira
Pedro Arruda
Pedro Rocha
Rachel Quintiliano - Dataprev
Rafael Toscano
Renata Brumano
Rilton Pimentel
Simone Telles
Talita Lorena
Zenaide Azeredo - Previc

Redes Sociais

Ivany Nascimento de Castro Belchior
Lorena Alves de Lima
Marcus Antonio da Silva
Regina Xeyla

Editoração

Carolina Vânia
Francisco Lopes
Raphael Cardoso
Renato Calazans

Fotos

Erasmus Salomão
Banco de Imagens/MPS
Secom/Presidência da República.

Publicidade

Raquel Micas
Regina Lúcia Coelho Cavalcante de Lima
Samir Augusto Oliveira de Brito
Selma Martins Melo

Relações Públicas

Fátima de Lourdes Paladino
Irapuan Silveira da Rosa
João Vitor Pinheiro Bezerra
Maria Peres Alves Poty
Priscila Cléa Mendes Saldanha
Wilma Annete César Gonçalves

Apoio

Antonianni Araújo
Antônio José Sousa Santos
Carlos Ferreira Neris
Hudson Douglas Coelho de Souza
Igor da Cunha Araujo
Luciano Passos Choves
Maria da Conceição Silva Godoi
Maria Fátima dos Santos Sousa
Plínio Ribeiro de Souza
Rodrigo Silva das Chagas
Valdimar Alves da Silva

Secretárias

Isaura Alves da Silva
Maria Auxiliadora dos Santos
Meire Rosa Machado

Ministério da Previdência Social • Assessoria de Comunicação Social
Espalanada dos Ministérios, Bloco "F", sala 829 • Tel.: (61) 2021 5009 - Fax (61) 2021 5520
70059-900 – Brasília–DF • www.previdencia.gov.br

A revista comemorativa dos 88 anos da Previdência Social é uma publicação do Ministério da Previdência Social, de responsabilidade da Assessoria de Comunicação Social.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação, desde que citada a fonte.
Brasília–DF • Dezembro / 2010

Foto Capa: Agência da Previdência Social - Diadema/SP

No novo tempo da Previdência Social mais proteção para o trabalhador e sua família

O Brasil assistiu, nos últimos anos, a uma verdadeira “revolução” na Previdência Social que se concretizou a partir do fim definitivo das filas nas portas das agências e com a implantação do reconhecimento automático de direitos, que permite conceder benefícios em até 30 minutos.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no início do seu mandato, determinou que fossem encontradas soluções para que os direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores fossem reconhecidos com rapidez e eficiência.

A criação do serviço de agendamento eletrônico – pela Central 135 e via internet (www.previdencia.gov.br) – foi o primeiro passo para melhorar o atendimento. Hoje, são recebidas, em média, 5,5 milhões de ligações a cada mês. Ao ligar ou acessar o endereço eletrônico, o segurado marca o dia e a hora para ser atendido e escolhe a agência mais próxima ou de sua preferência.

Nesse período, também recuperamos a taxa de cobertura previdenciária mantida no início dos anos 1990 e que foi perdida ao longo daquela década. A proteção garantida aos

trabalhadores pelo conjunto dos regimes de previdência social chegou a 67%, em 2009, superando o valor registrado em 1992, que era de 66,4%, de acordo com a PNAD/IBGE.

A taxa caiu para 61,7%, em 2002. A partir de 2003, seguiu em curva ascendente. O índice, em 2009, corresponde a 56,58 milhões de brasileiros, entre 16 e 59 anos de idade.

Também em 2009 foi lançado o programa do Empreendedor Individual, importante instrumento de inclusão previdenciária, para dar melhores condições a homens e mulheres que trabalham por conta própria em atividades comerciais, industriais e na prestação de serviço. Ao final de 2010, já são contabilizadas mais de 800 mil formalizações.

Além do reconhecimento automático de direitos, a Previdência Social inaugurou novos serviços que contribuem para aperfeiçoar e melhorar o atendimento.

Os trabalhadores têm acesso facilitado ao extrato previdenciário – podendo acompanhar com atenção os recolhimentos; os segurados urbanos que completam as condições para requerer aposentadoria por idade recebem

uma carta no mês anterior ao aniversário, e aposentados e pensionistas têm direito a um contracheque mensal.

Foi lançado o Plano de Expansão da Rede de Atendimento do INSS, que prevê a construção de 720 novas Agências da Previdência Social em cidades com mais de 20 mil habitantes. Também foram realizadas dezenas de obras de recuperação da rede atual. O plano representa um incremento de 65% no número de unidades fixas: serão 1.843 agências em 1.685 cidades.

O governo federal investiu um volume de recursos inédito na Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – Dataprev, que foram aplicados em tecnologia e modernização do parque tecnológico. Recursos também foram empregados em infraestrutura e pessoal.

A busca pela excelência na previdência brasileira ocorre igualmente no Regime Complementar, agora mais forte com a criação da Superintendência Nacional de Previdência

Complementar – Previc.

Passados 88 anos desde a Lei Eloy Chaves, de 24 de janeiro de 1923, que lançou a base do sistema previdenciário brasileiro, a Previdência Social tem muito o que comemorar, especialmente neste momento em que concluímos um período de 8 anos de profundas transformações, graças à participação efetiva dos servidores. Vale destacar que o corpo funcional não mudou, mas a forma de olhar e cuidar dos segurados e dos cidadãos que procuram nossos serviços.

Esta publicação, que comemora mais um ano da Previdência Social mostra que o Estado brasileiro garante às futuras gerações um sistema previdenciário mais forte e equilibrado, que cumpre verdadeiramente a sua missão: proteger o trabalhador e sua família.

Carlos Eduardo Gabas
Ministro da Previdência Social

Grandes Números

COBERTURA PREVIDENCIÁRIA

66,9%

Taxa de cobertura previdenciária brasileira alcançada em 2009. Um aumento de 5,2 pontos percentuais em relação a 2002, quando foi registrado o menor índice em uma década.

**56,58
milhões**

Número de brasileiros em idade economicamente ativa protegidos pela Previdência, segundo dados da PNAD/IBGE.

82%
dos idosos

Total de brasileiros com 60 anos ou mais com proteção previdenciária. Somam 17,7 milhões de pessoas.

**800
mil**

Empreendedores individuais formalizados, de julho de 2009 até o final de 2010.

**2,3
milhões**

De brasileiros que vivem no exterior estão protegidos por acordos bilaterais e multilaterais formalizados pela Previdência Social.

BENEFÍCIOS

28,03
milhões

Benefícios mensais pagos pela Previdência Social, ao final de 2010.

R\$19
bilhões

Valor que a Previdência injeta mensalmente na economia brasileira.

ATENDIMENTO

48,3
milhões

Atendimentos realizados em toda a rede de 1.173 Agências da Previdência Social até novembro de 2010.

316,9
milhões

Ligações recebidas pela Central 135 desde a implantação do canal, em agosto de 2006. Somente em 2010, a Central recebeu 62,6 milhões de chamadas (até novembro).

3,4
mil

Média mensal de atendimentos realizados em cada uma das 1.173 Agências da Previdência Social.

31
milhões

Número de pessoas que acessaram o site da Previdência Social em 2010 (até novembro).

1,8
milhão

Manifestações recebidas pela Ouvidoria-Geral da Previdência Social desde sua criação, em 1998, entre reclamações, denúncias, elogios e sugestões. Mensalmente são cerca de 16 mil manifestações, ou mais de 500 mil por dia.

7,4
milhões

Brasileiros beneficiados pelas ações do Programa de Educação Previdenciária em quase 11 anos. Nesse período foram formados mais de 75,5 mil disseminadores de informações previdenciárias.

30
mil

Média anual de atendimentos das Unidades Móveis Flutuantes da Previdência Social (PREVBarcos), beneficiando populações ribeirinhas, rurais, indígenas, extrativistas e quilombolas na Amazônia.

SERVIÇOS

25,1
mil

Cartas enviadas a segurados de todo o país desde junho de 2009. O documento avisa o cidadão que completa as condições mínimas para se aposentar por idade que é possível requerer o benefício a partir da data do aniversário.

EXPANSÃO DA REDE

R\$ 50
milhões

Valor investido pela Previdência Social para construir 51 agências inauguradas no decorrer de 2010, em municípios com mais de 20 mil habitantes.

PESSOAL

1.500
servidores

Contratados por concurso público pelo INSS durante o ano de 2010. Foram 700 técnicos, 300 analistas e 500 peritos médicos para reforçar o atendimento em todo o país.

REGIMES PRÓPRIOS

**R\$ 50
bilhões**

Valor do patrimônio dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos em 2010.

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

512,8
bilhões de reais

Patrimônio dos Fundos de Pensão que têm mais de 2,7 milhões de participantes.

TECNOLOGIA

473%

Crescimento verificado nos investimentos da Dataprev entre o primeiro semestre de 2009 e o mesmo período de 2010.

CIDADANIA

**190
mil**

Acordos judiciais foram firmados desde 2009 beneficiando os segurados da Previdência Social.

REDE SOCIAL

8 mil

Seguidores acessam o twitter da Previdência Social para pedir apoio na interpretação de leis, críticas e elogios ao serviço on line.

Atendimento remoto acaba com as filas nas agências

Com a criação do agendamento eletrônico, a Previdência Social eliminou as filas nas portas das agências. A implantação da Central 135, em junho de 2006, foi um marco na história do INSS, que permitiu ao segurado marcar dia e hora, sem sair de casa, para ser atendido. Naquele primeiro ano, a procura pelo canal remoto foi intensa, chegando a 49,3 milhões de chamadas em seis meses.

Desde sua criação, a Central 135 disponibiliza o agendamento eletrônico para os principais serviços oferecidos pelo INSS, além de permitir a inscrição na Previdência Social e o registro de manifestação junto à Ouvidoria.

A implantação do agendamento eletrônico teve impacto imediato no expediente das agências, reduzindo, as enormes filas nas portas das unidades, que geralmente começavam de madrugada.

A cada mês, mais de 5 milhões de pessoas ligam para a Central 135 para agendar atendimento antes de seguir para uma agência. São aproximadamente 250 mil chamadas diárias. Em toda a história do

canal remoto, foram recebidas 316,9 milhões de ligações. Somente em 2010 foram 62,6 milhões (até novembro).

Internet

Logo após a criação da Central 135, o cidadão passou a contar também com o agendamento eletrônico via internet, por meio da *Agência Eletrônica* do site www.previdencia.gov.br. O espaço virtual oferece as mesmas vantagens do atendimento telefônico, com o adicional de funcionar 24 horas por dia. São 48 serviços e links informativos, com o objetivo de desburocratizar o atendimento ao segurado. A cada mês, mais de 1 milhão de cidadãos acessam a página que foi reconhecida com o Prêmio Nacional de Desburocratização Eletrônica na modalidade Governo para Cidadãos. Este prêmio é promovido pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Sebrae/RJ.

Antes de efetuar o agendamento, a Central 135 verifica se o segurado possui todas as condições exigidas para requerer o benefício. Este procedimento garante a boa gestão da

agenda das agências, permitindo que o usuário tenha um atendimento mais rápido e eficaz.

Serviço

Quem liga para a Central 135 ouve um menu com três opções. A primeira é falar

diretamente com um atendente, para agendar serviços ou obter informações. Discando 2, o segurado acessa a consulta eletrônica. A opção 3 é registrar manifestação junto à Ouvidoria. A Central atende das 7h às 22h, de segunda a sábado. A ligação é gratuita, quando realizada de telefone fixo, e tem custo de ligação local, se feita de celular.



Benefícios são concedidos em até 30 minutos

O reconhecimento automático de direitos, adotado a partir de janeiro de 2009, promoveu uma verdadeira revolução nos serviços oferecidos pela Previdência Social.

A nova medida permite a concessão de benefícios - como aposentadoria e salário maternidade - em até 30 minutos e significou o passo principal na oferta de atendimento rápido e eficiente aos trabalhadores brasileiros tanto da cidade como do campo.

O novo sistema permite ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) utilizar dados de vínculos empregatícios, remunerações e contribuições previdenciárias do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com essa nova sistemática, o segurado apresenta apenas um documento de identificação na hora de requerer um benefício.

O CNIS é um banco de dados do governo federal que armazena registros encaminhados pelos empregadores e dos contribuintes individuais, desde 1976. O cadastro recebe informações de vários órgãos, entre eles o Ministério da Previdência Social e Ministério do Trabalho

e Emprego.

Existem no CNIS, cerca de 165 milhões de registros de pessoas físicas, dos quais 68 milhões com CPF validado pela Receita Federal do Brasil; 430 milhões de vínculos empregatícios; 10 bilhões de remunerações; 1,3 bilhão de contribuições, e 26 milhões de registros de pessoas jurídicas.



CNIS

Criado em 1989, o CNIS é um banco de dados do Governo Federal que armazena as informações necessárias para garantir direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores brasileiros. Até o final de 2008, o segurado era obrigado a comprovar, por meio de documentos, os seus vínculos e contribuições.

Com a Lei Complementar 128/08, o INSS passou a efetuar o reconhecimento automático de direitos previdenciários, considerando como provas legais as informações constantes do CNIS. O cadastro é alimentado por órgãos governamentais e pela iniciativa privada. Além de permitir o reconhecimento automático de direitos previdenciários, o cadastro dificulta a concessão de benefícios irregulares, permite melhor controle da arrecadação e serve de subsídio ao planejamento de políticas públicas.

Rurais: fim do “saco de documentos”

Os trabalhadores rurais de todo do Brasil - mais de 5 milhões de pessoas - também podem obter seu benefício previdenciário em até 30 minutos. Desde janeiro de 2010, o reconhecimento automático vale para os segurados especiais - agricultores familiares, pescadores artesanais, extrativistas, indígenas e quilombolas.

O novo formato de concessão de benefícios para rurais evita que os trabalhadores sejam obrigados a comprovar o exercício da atividade no campo. O “saco de documentos” foi substituído por um processo rápido e eficiente de pesquisa e comprovação da condição de segurado especial.

O atendimento em meia hora foi possível com a estruturação do Cadastro Nacional de Informações Sociais - Rural (CNIS-Rural). As informações foram coletadas pelo Ministério da Previdência Social em diversos bancos de dados do governo e complementadas pelo processo de cadastramento direto dos segurados especiais.

Esse cadastro vem sendo realizado por entidades representativas como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Extrato possibilita acompanhar recolhimento

Para atender cada vez mais e melhor aos segurados, desde maio de 2009, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) estendeu aos 28 milhões de correntistas do Banco do Brasil a consulta a informações sobre vínculos e remunerações do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). O extrato de informações previdenciárias dá ao trabalhador a possibilidade de acompanhar mensalmente se o empregador está recolhendo suas contribuições e, se necessário, solicitar a correção ou inclusão de períodos que não constem do CNIS. De maio de 2009 a novembro de 2010, os correntistas do BB solicitaram a impressão de 935.853 extratos.

Até dezembro de 2010, o serviço era oferecido apenas pelo Banco do Brasil, que permite a impressão de extratos com as informações previdenciárias nos terminais de auto-atendimento e no portal bb.com.br. A Caixa Econômica Federal prepara sistema semelhante, já em fase de testes. Atualmente, apenas os dois bancos públicos possuem autorização legal para acessar a base de informações do CNIS, pois são cogestores desse cadastro. Para que o

serviço seja estendido a toda a rede bancária, será necessário alterar a legislação.

Para oferecer o novo serviço aos segurados, foi necessário esforço conjunto envolvendo o Ministério da Previdência Social, o INSS, a Dataprev, o Banco do Brasil e a Caixa. A solução tecnológica permite que o correntista utilize a própria senha do banco para acessar o seu cadastro na Previdência Social.

Extrato

O extrato de informações previdenciárias traz dados cadastrais, vínculos de emprego e remunerações do trabalhador. O segurado



tem acesso a todos os seus vínculos informados pelas empresas desde 1976. Já as remunerações mensais, que serviram de base para as contribuições previdenciárias, serão visualizadas a partir de julho de 1994. De acordo com a lei, apenas as contribuições dessa data em diante são utilizadas no cálculo do valor do benefício.

Se for detectada alguma inconsistência cadastral, o extrato traz mensagem informando ao trabalhador como proceder. O segurado poderá solicitar a qualquer momento, e de acordo com a sua disponibilidade, a inclusão, exclusão ou retificação das informações constantes do CNIS.

Carta-aviso de aposentadoria

A Carta-Aviso de Aposentadoria integra o conjunto de inovações no atendimento da Previdência Social. A cada mês, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) identifica segurados da área urbana que completam as condições para se aposentar por idade, e envia correspondência ao cidadão avisando-o que ele pode requerer seu benefício a partir da data do aniversário.

O serviço foi implantado em junho de 2009 e, desde então, mais de 25 mil correspondências foram enviadas a segurados de todo o país. Em média, 70% das pessoas que recebem o documento requerem a aposentadoria. Os demais, por opção, seguem contribuindo para o INSS.

O documento é enviado no mês anterior àquele em que a pessoa completa a idade mínima e os requisitos necessários para ter direito à aposentaria por idade. Contém, além da identificação do segurado, informação sobre a quantidade

de contribuições e a estimativa da renda mensal do benefício, com base nos dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS).

A segurança dos dados, de modo a resguardar os segurados de fraudes, é uma preocupação permanente. Por este motivo, a Carta-Aviso traz um código, por meio do qual o cidadão pode confirmar a autenticidade do documento. Ao ligar para a Central 135 e informar o código e outras informações solicitadas pelo operador, o segurado confirma se o aviso foi mesmo enviado pelo INSS. A confirmação também pode ser feita pela internet, em www.previdencia.gov.br.

Recebem a Carta-Aviso de Aposentadoria os homens que completam 65 anos de idade e as mulheres que vão fazer aniversário de 60 anos. O documento é enviado àqueles que estão com os dados cadastrais atualizados junto ao Instituto, inclusive o endereço para correspondência.

Beneficiários têm direito a contracheque

Desde agosto de 2010, os beneficiários e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) já podem imprimir o comprovante mensal de pagamento nos terminais de auto-atendimento bancário das instituições credenciadas pela Previdência Social. O lançamento deste serviço faz parte das vantagens oferecidas pelo contrato firmado entre o INSS e os bancos pagadores de benefícios, o que representa um ganho de qualidade para os cidadãos, na medida em que prevê a disponibilização de determinados serviços bancários aos segurados, sem qualquer custo.

A impressão do comprovante é especialmente útil para os beneficiários sem acesso à internet, que antes precisavam se deslocar até uma Agência da Previdência Social para obter o documento, e também para aqueles segurados que recebem por cartão magnético e tinham direito apenas ao saque dos valores.

A impressão do comprovante é feita com a utilização do cartão de pagamento de benefício ou da conta corrente, utilizando senha e observando os critérios de segurança de cada instituição financeira.

Serviços

Além da impressão do comprovante mensal de pagamento, o contrato do INSS com os bancos pagadores de benefícios resultou em outras comodidades aos aposentados e pensionistas. Entre os serviços oferecidos estão a transferência gratuita entre contas e as facilidades do Pacote Tarifa Zero, previsto pelo Banco Central, caso o beneficiário solicite a migração do seu cartão magnético para conta corrente. O segurado também passou a ter direito a 10 folhas de cheques por mês, e até dois extratos contendo a movimentação mensal, por meio de terminal de auto-atendimento; além da realização de consultas pela internet.



Bancos passam a pagar por folha mensal

Em 2010, os novos benefícios concedidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) passaram a se reverter em receita para o Instituto. Isto porque os bancos começaram a remunerar o INSS para serem responsáveis pelo pagamento aos novos beneficiários.

Até outubro de 2010, os bancos pagaram R\$ 19,4 milhões ao Instituto e a previsão é chegar a R\$ 27 milhões até o final do ano. Para 2011, a estimativa do INSS é de que a arrecadação atinja R\$ 82 milhões.

Até setembro de 2007, as instituições financeiras cobravam tarifas para pagar os benefícios previdenciários aos segurados e seus dependentes. A partir daquele mês, a situação mudou. Foi firmado um acordo segundo o qual o pagamento permaneceria sendo feito pelas mesmas instituições sem ônus financeiro para qualquer das partes até que o INSS licitasse a folha de benefícios.

A licitação foi realizada em agosto de 2009 e sete bancos, públicos e privados, arremataram os lotes ofertados. Os vencedores terão direito de pagar os benefícios concedidos nos cinco anos

seguintes à realização do pregão e, para não alterar a rotina dos segurados a cada cinco anos, o pagamento dos benefícios concedidos no período será mantido na mesma instituição ao longo de 20 anos. Em 2010, até outubro, foram concedidos, em média, 385 mil benefícios por mês.

A mudança na relação com os bancos está resultando, também, em economia para a Previdência Social. Apenas com impressão e postagem dos extratos anuais de pagamento e a declaração de rendimentos para o imposto de renda, o gasto do INSS chegava a R\$ 55 milhões a cada ano.

Outra economia é com a atualização cadastral, que também será realizada pelas instituições financeiras pagadoras de benefícios. De acordo com a lei 8.212/91, o cadastramento deve ser feito a cada cinco anos. A ação realizada entre 2005 e 2006, que atualizou toda base cadastral do INSS, teve um custo aproximado de R\$ 112,5 milhões. Além disso, continua vigente o acordo mantendo-se sem ônus, para a Previdência Social ou para as instituições bancárias, o pagamento da folha já existente.

INSS vende imóveis do Fundo do Regime Geral

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) arrecadou R\$ 37,6 milhões com alienação de imóveis do Fundo do Regime Geral de Previdência Social. Em 2010, foram vendidas de 71 unidades em 41 leilões em todo o país. Para 2011, a meta é negociar cerca de outros 200, com arrecadação prevista de R\$ 150 milhões.

Do total de aproximadamente 3.500 propriedades - entre apartamentos, casas, prédios, terrenos e unidades comerciais que

não atendem às finalidades operacionais do INSS, cerca de 600 já estão com a documentação regularizada para venda. Antes da realização dos leilões, no entanto, os imóveis são oferecidos a órgãos públicos federais, estaduais e municipais. Se em 15 dias não houver interesse, o INSS organiza o leilão.

A publicidade dos leilões ocorre por anúncios em jornais impressos de grande circulação e na página Leilões de Imóveis no Portal da Previdência Social.



Consignado fecha ano com 17,8 mi de contratos

Desde 2004, aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) contam com autorização para realizarem operações de empréstimo consignado junto a instituições financeiras que tenham celebrado convênio com o INSS e a Dataprev. De 2004 a outubro de 2010, foram firmados 17,8 milhões de contratos, que totalizaram R\$ 41,4 bilhões.

As operações relativas à consignação se dividem em duas modalidades: empréstimo pessoal e cartão de crédito. Os descontos não podem exceder o limite de 30% do valor da renda mensal líquida do beneficiário, sendo 20% para empréstimo pessoal e 10% para cartão de crédito. Quando o cidadão não contrata cartão de crédito, o percentual da margem consignável para empréstimo pessoal sobe para 30%.

O empréstimo pessoal, de 2004 até outubro de 2010, registrou 16,6 milhões de

contratos, que somaram R\$ 40,9 bilhões, enquanto o cartão de crédito contabilizou 1,13 milhão de contratos, disponibilizando R\$ 498,2 milhões. Nesse período, o maior número de empréstimos foi efetuado por beneficiários na faixa etária de 60 a 69 anos. A faixa salarial de até um salário mínimo foi a que mais se sobressaiu, com 11,7 milhões de contratos, totalizando R\$ 21 bilhões.

A Instrução Normativa nº 28/2008 do INSS estabelece critérios e procedimentos relativos ao empréstimo consignado para aposentados e pensionistas do INSS. De acordo com a norma, as instituições devem informar previamente, ao beneficiário, o valor total financiado, a taxa mensal e anual de juros, acréscimos remuneratórios, moratórios e tributários, o valor, número e periodicidade das prestações e a soma total a pagar. Em dezembro de 2010, as taxas máximas são de 2,32% ao mês para empréstimo pessoal e 3,36% ao mês para cartão de crédito.

Agência de Rio das Pedras/SP





PREVIDÊNCIA SOCIAL

Previdência investe na melhoria das unidades

A expansão e a melhoria da rede de atendimento beneficiaram milhões de segurados em todo o país nos últimos anos. De 2003 para cá, cerca de 1.000 novas construções, modernização ou ampliação foram realizadas em Agências da Previdência Social (APS) e demais prédios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Em dezembro de 2010, a Previdência Social já contava com 1.173 unidades fixas de atendimento, instaladas em 1.021 municípios.

Em janeiro do ano passado foi determinada a ampliação do número de agências em mais 720, com o lançamento do Plano de Expansão da Rede de Atendimento (PEX). O plano já beneficiou mais de 50 municípios brasileiros, que receberam sua primeira APS. Em outros 300 municípios, as novas unidades deverão ser inauguradas no primeiro semestre de 2011.

Com a ampliação, o segurado não precisará percorrer longas distâncias em busca de atendimento. Ele é atendido em ambientes confortáveis, modernos e seguros. As agências contam com dispositivos de segurança e têm acesso facilitado para idosos e pessoas com deficiências.

Cidades com mais de 20 mil habitantes - onde não há agência do INSS que disponha de todos os serviços - foram escolhidas para receber as novas APS. A Previdência Social está investindo cerca de R\$ 800 mil para construir e equipar cada prédio. Como contrapartida, as prefeituras cedem os terrenos.

Investimentos

A Previdência Social também está investindo na modernização da atual rede. Desde 2009, já foram realizadas 181 obras de reforma e construção de novos prédios para transferir agências que funcionavam em imóveis locados ou cedidos. Outras 360 obras de reestruturação estão em execução.

Para a expansão da rede, o investimento é R\$ 616,5 milhões, chegando a R\$ 1,1 bilhão com as obras de recuperação das unidades. A meta é concluir, até 2011, todas as agências do Plano de Expansão. Com a ampliação, a rede de atendimento será formada por 1.830 agências, que estarão presentes em 1.670 cidades brasileiras. As obras de reestruturação da rede também deverão ser concluídas até dezembro de 2011.

Edifício-sede do INSS, em Brasília, símbolo do novo tempo da Previdência Social



PREVBarco leva serviços aos ribeirinhos

A Unidade Móvel Flutuante (PREVBarco) é a alternativa usada pela Previdência Social para promover a interiorização do atendimento na Região Norte, chegando a lugares onde só é possível ter acesso por meio da navegação fluvial. Atualmente são mantidos, entre embarcações próprias e convênios, um total 10 navios, que atendem a populações ribeirinhas, rurais, aldeias indígenas e comunidades extrativistas e quilombolas dos estados do Amazonas, Pará e Rondônia.

As unidades que percorrem os rios são equipadas com moderna tecnologia, para oferecer ao cidadão todos os serviços disponíveis nas agências fixas do INSS. Os PREVBarcos possuem conexão via satélite com os sistemas da Previdência Social, permitindo o atendimento *on line*.

Os roteiros dos PREVBarcos são definidos de acordo com a demanda e as condições de navegabilidade dos rios, em cada época do ano. Todos os navios partem com uma equipe média de seis servidores administrativos, um médico perito e um assistente social. A cada viagem são realizados uma média de 1,5 mil atendimentos.

Convênio

Neste mês de dezembro, o INSS e a Marinha do Brasil assinaram o mais recente convênio para ampliar o atendimento itinerante na Bacia do Amazonas e Ilha do Marajó. A Marinha cedeu quatro navios para prestar serviços previdenciários na região, tendo como bases de operação Manaus e Belém. As unidades oferecem todos os serviços de uma agência fixa.

O atendimento móvel flutuante facilita a vida dos segurados. Muitas pessoas atendidas nunca saíram das localidades onde residem. Outras precisavam enfrentar várias horas de viagem, em embarcações precárias, sempre que necessitavam resolver alguma demanda junto ao INSS.





Anuário mostra avanços da Previdência Social

A 18ª edição do Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS), divulgada no segundo semestre de 2010, demonstrou em números o avanço da Previdência brasileira nos últimos anos. O documento apresenta dados estatísticos e informações conceituais sobre contribuintes, benefícios, serviços, acidentes de trabalho, acordos internacionais, previdência complementar e previdência do servidor público, e outros temas.

Entre as principais informações, o anuário aponta que a Previdência Social atingiu 57,7 milhões de contribuintes em 2009, resultado da inclusão de 2 milhões de novos segurados no sistema. O aumento é de 3,76% em comparação com o ano de 2008. Os contribuintes empregados, com carteira assinada, passaram para 45,2 milhões e os demais contribuintes somaram 12,4 milhões. A Previdência concedeu mais de 4 milhões de benefícios em todo o país. As novas aposentadorias somaram mais de 1 milhão.

O documento também revela que contribuintes individuais e facultativos foram as categorias que apresentaram percentuais de aumento mais significativos entre os

trabalhadores que contribuíram para a Previdência.

Os facultativos, maiores de 16 anos, que optam por contribuir, passaram de 840 mil, em 2008, para 942 mil, em 2009 - um aumento de 12,1% -, enquanto os individuais, pessoas que trabalham por conta própria, sem vínculo de emprego, tiveram variação de 4,6%, entre 2008 e 2009, aumentando de 9 milhões para 9,4 milhões.

A regularidade nas contribuições para Previdência Social foi outro dado revelado pelo anuário. O número médio mensal de contribuintes passou de 39,9 milhões para 41,3 milhões de pessoas, um aumento de 3,52%. A estabilidade do vínculo dos trabalhadores com a Previdência também é destacada no anuário com a análise do número médio de contribuições. Os dados indicam que 44,6% dos contribuintes recolheram ao INSS todos os meses do ano.

O rendimento médio mensal foi outro aspecto sistematizado pelo documento, que mostra que 59,8% dos trabalhadores empregados que mantêm suas contribuições regulares ao INSS têm renda de até dois salários mínimos.

Termo de Compromisso garante resultados

O Ministério da Previdência Social e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) assinaram em 2009, pela primeira vez, o Termo de Compromisso de Resultados do Plano de Ação. O objetivo do contrato de gestão é estabelecer metas e resultados a serem cumpridos por todas as esferas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do Ministério da Previdência Social.

Em 2010, as metas traçadas no plano foram monitoradas de forma a possibilitar a melhoria no atendimento aos segurados. Para acompanhar os resultados obtidos mês a mês em cada ação planejada, os superintendentes regionais se reúnem a cada três meses com os dirigentes do INSS e do MPS.

Do mesmo modo, em dezembro de 2010, visando ao Plano de Ação de 2011, o

termo foi construído e assinado pelos gerentes das agências, gerentes-executivos, superintendentes regionais, presidência do INSS e o Ministério da Previdência Social.

A Agenda do Gerente de Agência e a Agenda do Gerente-Executivo são os instrumentos utilizados pelos gestores no acompanhamento e na avaliação do Plano de Ação.

O Plano de Ação é um dos resultados do Planejamento Estratégico da Previdência Social (2009-2015), que estabelece uma política de Estado para os assuntos previdenciários.

O Plano Estratégico define objetivos e iniciativas a serem alcançados nos próximos anos. Prevê, ainda, ajustes periódicos para que as metas possam se adequar às mudanças de cenário interno e externo.



Concursos fortalecem o quadro de servidores

A Previdência Social vem investindo na renovação e no reforço do seu quadro de pessoal. Em 2010, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) contratou mil servidores (700 técnicos e 300 analistas) aprovados no concurso realizado em 2008. Outros 2 mil haviam sido convocados em maio daquele ano.

Em março de 2010, o INSS realizou concurso público para a contratação de 500 peritos médicos. Os profissionais - todos convocados - trabalham nas Agências da Previdência Social (APS) reforçando o atendimento e substituindo profissionais que se aposentaram. O INSS também realizou processo seletivo simplificado para contratar 190 engenheiros civis e eletricitas, para trabalhar na elaboração de projetos, fiscalização e acompanhamento da construção das APS.

Assistentes sociais - Em junho de 2009, foram nomeados 866 analistas do seguro social com formação em serviço social, que prestaram concurso em janeiro do mesmo ano. Os profissionais trabalham na avaliação social das pessoas com deficiência para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

MPS - O Ministério da Previdência Social contratou 178 servidores, aprovados em concurso realizado em janeiro deste ano, para nível médio e superior. Foram 165 vagas para nível médio e 13 para nível superior, nas áreas de Administração e Técnico em Comunicação Social (Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade e Propaganda).

Dataprev - A Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) realizou concurso para a formação de cadastro reserva com atuação em todas as regiões do país em 27 perfis diferentes. Foram oferecidas 1.135 vagas de nível superior e médio/técnico, que serão abertas conforme a necessidade da empresa.

Previc - A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) também irá reforçar seu quadro de pessoal. Em dezembro, foram abertas as inscrições para a contratação de 100 profissionais, sendo 60 vagas destinadas a cargos de nível superior, com especialização em previdência complementar, e 20 para preenchimento de cargos de analista administrativos. As outras 20 vagas são para técnico administrativo de nível médio.

Sala de Monitoramento facilita gestão do INSS

Para aprimorar a gestão dos serviços previdenciários, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) criou a Sala de Monitoramento do Atendimento - uma ferramenta inovadora que permite aos gestores acompanhar, em tempo real, o que acontece em todas as Agências da Previdência Social.

A sala permite a visualização simultânea de diversas informações relativas ao atendimento, que antes estavam dispersas em diferentes sistemas do INSS e cuja extração demandava tempo razoável.

A ferramenta permite monitorar a quantidade de pessoas que serão atendidas, a duração do atendimento, o horário de funcionamento,

circuitos e sistemas, a quantidade de equipamentos de informática disponíveis na unidade, entre outras informações.

Os dados são acompanhados permanentemente por uma equipe da Diretoria de Atendimento do INSS. Quando é verificada uma anormalidade, imediatamente é feito contato com o gerente da agência onde se verifica o problema para que sejam tomadas as providências necessárias.

As informações da sala estão disponibilizadas de modo transparente em todos os níveis da Previdência Social. A ferramenta, criada por técnicos do próprio INSS, pode ser acessada tanto pelo presidente do instituto quanto pelos gerentes das agências em todo o país.



Capacitação melhora a qualidade dos serviços

Com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços oferecidos à população e investir em seu potencial humano, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por meio da Coordenação-Geral de Educação Continuada, promove cada vez mais a capacitação dos servidores. Desde 2003 foram oferecidas 281.170 oportunidades de qualificação.

Até novembro de 2010, foram 31.142 em turmas presenciais e a distância. O destaque foi o “Workshop de Competências Gerenciais - Formando Líderes”, direcionado a 1.200 gerentes das Agências da Previdência Social.

Além disso, entre 2007 e 2010, o instituto ofertou 6.504 bolsas de nível médio, graduação e pós-graduação aos servidores.

Também foi implementado o Portal de Competências, aprovado em outubro de 2010, com o objetivo de registrar, conhecer e identificar o potencial humano, além da formação acadêmica, profissional e áreas de interesse dos servidores.

MPS

Entre 2004 e 2010, o Ministério da

Previdência Social capacitou 2.913 servidores. Este ano, o foco foram os concursados que passaram a integrar a equipe do ministério.

O MPS oferece cursos de Desenvolvimento de Gerentes Operacionais e Supervisores (DGOS), inglês, espanhol, português, além de pós-graduação, estágios, congressos, fóruns e participação em eventos promovidos por organismos internacionais.

Dataprev

A Dataprev realiza constantemente investimentos em programas de educação continuada para manter-se atualizada em um setor que se caracteriza pelo dinamismo e pela inovação. São treinamentos presenciais, internos e externos; e treinamentos a distância, realizados com o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Em 2010, os treinamentos tiveram foco nas áreas de informática e gestão. E ainda, cursos de pós-graduação, instrutorias internas, incentivos à participação em seminários e congressos.



Previdência tem taxa recorde de cobertura

A taxa de cobertura garantida aos trabalhadores brasileiros pelo conjunto dos regimes de previdência social chegou a 67% em 2009. A Previdência recuperou o índice que mantinha no início dos anos 1990, mas que havia sido perdida ao longo daquela década. O percentual equivale a 56,58 milhões de pessoas em idade economicamente ativa – PEA, na faixa etária entre 16 e 59 anos sob proteção previdenciária. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2009 (PNAD/IBGE), divulgados no segundo semestre de 2010.

Estudo da Secretaria de Políticas de Previdência Social sobre a PNAD/2009 indica que a cobertura previdenciária dos trabalhadores brasileiros começou a cair a partir de 1992, e chegou ao nível mais baixo, de 61,7%, em 2002. O processo de retomada ocorreu em 2003, com elevações consecutivas em toda a atual década.

Rede de proteção

Entre os protegidos estão 41,97 milhões de contribuintes do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), 7,17 milhões de trabalhadores

rurais – os segurados especiais – e os servidores públicos e militares vinculados aos regimes próprios de previdência social – 6,32 milhões de pessoas. Estão incluídos neste grupo, ainda, 1,1 milhão de pessoas que, apesar de não terem contribuído para a previdência, têm direito a algum benefício.

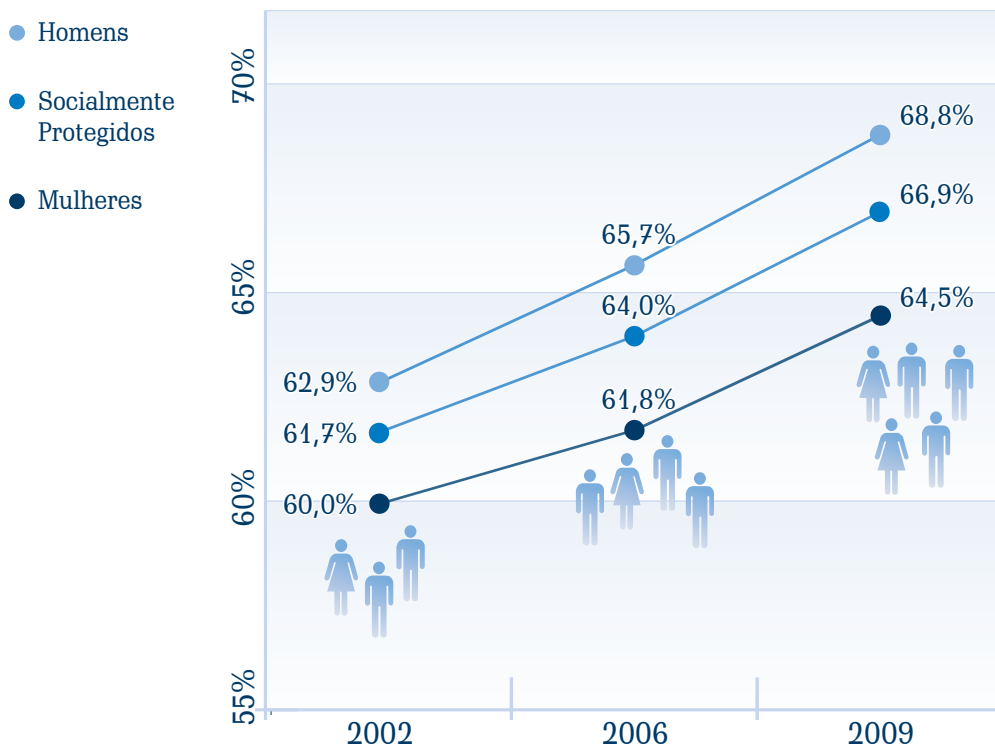
Previdência Social tirou mais de 23 milhões de brasileiros da linha de pobreza

O estudo também revela que o pagamento de benefícios previdenciários impediu que 23 milhões de brasileiros, de todas as faixas etárias, ficassem abaixo da linha da pobreza. Caso não houvesse esse mecanismo de proteção social, o percentual de pessoas pobres, aos 50 anos, chegaria a 30% e, no caso de brasileiros com 70 anos de idade, superaria a 65%. Os segurados com 70 anos ou mais, por exemplo, estão abaixo de 10% da linha de pobreza estimada.

De acordo com o estudo, se não houvesse pagamento de benefícios previdenciários ou assistenciais, 42,2% da população (cerca de 78 milhões de pessoas) estariam abaixo da linha de pobreza, independentemente da idade. Já com os benefícios, o percentual cai para 29,7%, garantindo uma renda melhor a 55 milhões de brasileiros. Considera-se abaixo da linha de pobreza quem tem renda domiciliar per capita inferior a meio salário mínimo.

Proteção para quem mais precisa

A Previdência protege 81,73% dos idosos brasileiros. Isso representa 17,764 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, cerca de 500 mil a mais do registrado em 2008. No caso dos homens dessa faixa etária, a proteção chega a 86,6%, ou seja, 8,326 milhões. Para as mulheres idosas, o percentual de cobertura chega a 77,87%, beneficiando 9,438 milhões de brasileiras.



Fonte: SPS/MPS

Acordos dão proteção aos brasileiros no exterior

A política de ampliação da proteção social aos três milhões de migrantes brasileiros, mantida pelo Ministério da Previdência Social nos últimos oito anos, alcançou marcos importantes em 2010. Os acordos firmados com Estados Unidos e Japão se destacam - entre uma série de negociações ocorridas este ano - pelo grande número de trabalhadores beneficiados.

O acordo com o governo americano, cuja negociação terminou em fevereiro, permitirá que 1,3 milhão de brasileiros que vivem naquele país - a maior comunidade no exterior - possam contabilizar as contribuições feitas aos dois sistemas previdenciários para obter benefícios como aposentadoria por idade e invalidez e pensão por morte. Para que o acordo entre em vigor, o documento precisa ser assinado pelos presidentes dos dois países e ratificado pelo Congresso Nacional, no Brasil, e pelo Senado americano.

A agilidade da negociação com os Estados Unidos - encerrada em seis meses e apenas duas rodadas de debates - resultou do interesse recíproco dos dois governos em

aprofundar relações bilaterais, tanto no campo social como econômico.

A assinatura do acordo com o Japão, ocorrida em julho deste ano, foi outro importante passo da Previdência Social no campo internacional. O pacto entrará em vigor assim que for ratificado pelo Congresso Nacional e pelo Parlamento japonês, garantindo importantes benefícios para 300 mil brasileiros residentes naquele país - a segunda maior comunidade do Brasil no exterior.

Com o encerramento dessas duas negociações, o total de brasileiros que residem no exterior - incluindo os dez acordos que já vigoram - passará de 700 mil para 2,3 milhões de pessoas, segundo estimativa do Ministério das Relações Exteriores.

Também em 2010, foi iniciada negociação de acordo bilateral com a França e com Moçambique. Com este último também foi assinado termo de cooperação técnica para informatização do sistema previdenciário moçambicano. Na agenda de tratativas para 2011 estão Angola, Israel, Líbano e Síria.

Reconhecimento

Os avanços garantidos na política de formalização de acordos internacionais foram destacados pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a 3ª Conferência das Comunidades Brasileiras no Exterior - Brasileiros no Mundo -, realizada no Rio de Janeiro, no início de dezembro de 2010.

O presidente apontou as negociações conduzidas pelo Ministério da Previdência Social como exemplo importante da política mantida pelo Governo Federal para proteger os brasileiros que optaram por viver em outros países.

Acordos em vigor

- Luxemburgo
- Itália
- Cabo Verde
- Grécia
- Espanha
- Portugal
- Chile
- Mercosul
 - Paraguai
 - Argentina
 - Uruguai

Acordos já negociados

- Ibero-americano
22 países
- Bélgica
- Alemanha
- Japão
- Canadá
- Quebec
- EUA

Negociações previstas

- Angola
- França
- Israel
- Líbano
- Moçambique
- Síria

Autônomo pode virar um Empreendedor Individual

Criado por meio da Lei Complementar 129/2008, o Programa do Empreendedor Individual foi lançado em 1º de julho de 2009 e tornou-se instrumento importante de inclusão previdenciária para homens e mulheres que trabalham por conta própria no comércio, na indústria e na prestação de serviços em todo o Brasil.

De julho de 2009 até dezembro de 2010, mais de 800 mil trabalhadores, de acordo com a Receita Federal do Brasil (RFB), formalizaram suas atividades aderindo ao Programa. O Empreendedor Individual é o primeiro degrau do Simples Nacional. O sistema deve superar a marca de 1 milhão de novos empresários no primeiro trimestre de

Formalização garante direitos previdenciários



2011, segundo estimativa da Receita.

Na prática, o Programa do Empreendedor Individual permite que os trabalhadores legalizem suas atividades pagando apenas 11% do salário mínimo de contribuição previdenciária (R\$ 56,10 no salário mínimo de 2010), mais R\$ 5 de ISS (prestadores de serviço) ou R\$ 1 de ICMS (demais atividades). Os empreendedores estão isentos de impostos federais.

Entre as vantagens da formalização estão a proteção da Previdência Social com benefícios como aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez, salário-maternidade. A família do trabalhador tem direito a auxílio-reclusão e a pensão por morte.

Além dos benefícios previdenciários, o empreendedor individual, como pessoa jurídica, tem juros mais acessíveis na rede bancária, pode contar com assessoria técnica e cursos de qualificação do Sebrae e ainda participar de licitações dos Governos Federal, estaduais e municipais.

Em 2009 e 2010, parceiros do Programa, como Sebrae, governos estaduais, câmaras municipais, prefeituras, bancos públicos, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior realizaram eventos, em todo o Brasil, para divulgar as vantagens do Programa. Em duas edições da Semana de Formalização, promovidas pelo Sebrae, mais de 75 mil pessoas se inscreveram, ampliando as chances de crescer como empresários e cidadãos.



Manter o negócio legalizado dá tranquilidade ao trabalhador

Educação Previdenciária amplia foco de atuação

O Programa de Educação Previdenciária (PEP) foi criado há 11 anos, com o objetivo de aumentar o número de inscritos no Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Ao longo desse período, o PEP ampliou seu raio de ação, passando também a conscientizar o cidadão sobre seus direitos e deveres previdenciários e como exercê-los. Ampliou-se o foco de atuação porque percebeu-se que não era suficiente a pessoa apenas se tornar uma segurada. Era preciso educá-la para as questões da Previdência Social. O programa passou, então, a ter o papel de auxiliar na disseminação de informações sobre os benefícios e serviços.

O PEP tem dois públicos distintos. O primeiro são cidadãos que ainda não contam com a proteção previdenciária. Um contingente de 27,81 milhões de brasileiros, com rendimento igual ou superior a um salário mínimo, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do IBGE (PNAD/2009). O número representa 33% da população economicamente ativa de 16 a 59 anos de idade. O outro público são os brasileiros já cobertos pela Previdência Social, que aprendem mais sobre seus

direitos e passam a ter mais informações sobre os serviços previdenciários e a melhoria no atendimento.

O Programa atualmente conta com 5.243 educadores previdenciários e mantém um comitê regional em cada uma das 100 Gerências Executivas do INSS e um comitê local em cada Agência da Previdência Social. Promove suas ações educativas por meio de cursos, palestras, orientações individuais e participações em programas de rádio e televisão. Outra importante frente de trabalho são os cursos de formação de disseminadores de informações previdenciárias, que capacitam os parceiros do programa.

Em mais de uma década, o PEP contabilizou mais de 50 mil ações educativas, que tiveram como público beneficiário 7,4 milhões de brasileiros. Nesse período também foram formadas 75,5 mil pessoas como disseminadoras de informações previdenciárias.

O êxito do PEP se deve em grande parte às parcerias, com órgãos governamentais federais, estaduais e entidades de classe.

Força-tarefa atua no combate a fraudes

A Força-Tarefa Previdenciária - integrada pelo Ministério da Previdência Social, Departamento da Polícia Federal e Ministério Público Federal - realizou 67 operações em 2010. Foram efetuadas 211 prisões e cumpridos 322 mandados de busca e apreensão. As ações fazem parte das medidas da Previdência Social para intensificar o combate às fraudes contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A cada ano a Força-Tarefa Previdenciária intensifica sua atuação. De 2003 até 2010,

foram concluídas 315 operações, cumpridos 2.506 mandados de busca e apreensão e efetuadas 1.750 prisões de acusados de fraudar a Previdência Social em vários estados brasileiros.

A Força-Tarefa Previdenciária foi criada em 1997 pela Assessoria de Pesquisas Estratégicas e de Gerenciamento de Riscos do Ministério da Previdência Social. O objetivo é combater a evasão fiscal e os crimes previdenciários, desarticulando quadrilhas de fraudadores.

| Ano | Operações Realizadas | Busca e Apreensão | Condução Coercitiva | | Prisões | | |
|---------------|----------------------|-------------------|---------------------|------------|------------|-------------|-------------|
| | | | Servidores | Outros | Servidores | Outros | Total |
| 2003 | 10 | 219 | 0 | 0 | 0 | 87 | 87 |
| 2004 | 22 | 233 | 0 | 0 | 48 | 114 | 162 |
| 2005 | 28 | 202 | 0 | 0 | 53 | 139 | 192 |
| 2006 | 46 | 305 | 0 | 0 | 56 | 182 | 238 |
| 2007 | 41 | 248 | 0 | 0 | 29 | 187 | 216 |
| 2008 | 43 | 541 | 0 | 13 | 77 | 244 | 321 |
| 2009 | 58 | 436 | 2 | 101 | 36 | 287 | 323 |
| 2010 | 67 | 322 | 0 | 13 | 37 | 174 | 211 |
| Totais | 315 | 2506 | 2 | 127 | 336 | 1414 | 1750 |

Setor urbano tem superávits sucessivos

As medidas de gestão adotadas pela Previdência Social, somadas ao crescimento da economia e ao aumento da arrecadação, fizeram a necessidade de financiamento para o setor urbano entrar em declínio.

Em 2010, o setor urbano registrou sucessivos superávits. Em 2006, foram necessários R\$ 16,7 bilhões para equilibrar as contas. Em 2007, foram R\$ 14,8 bilhões. Em 2009, R\$ 2,8 bilhões.

Em novembro de 2010, quando registrou-se o nono superávit consecutivo no setor urbano, o saldo positivo entre arrecadação e pagamento de benefícios foi de R\$ 1,7 bilhão - excluindo sentenças judiciais e a Compensação Previdenciária (Comprev) entre o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) de estados e municípios. A série de bons resultados no setor urbano começou no mês de março.

Superávit do Setor Urbano 2010

| | |
|----------|---------------------|
| Março | R\$ 450,5 milhões |
| Abril | R\$ 860,8 milhões |
| Maio | R\$ 1.173,4 bilhões |
| Junho | R\$ 1.069,6 bilhões |
| Julho | R\$ 1.301,7 bilhões |
| Agosto | R\$ 1.615,1 bilhões |
| Setembro | R\$ 1.339,7 bilhões |
| Outubro | R\$ 1.540,8 bilhões |
| Novembro | R\$ 1.729,5 bilhões |

Fonte: SPS/MPS

O aumento da arrecadação no setor urbano - em parte, decorrente do aumento da formalização no mercado de trabalho - impacta diretamente nos resultados. Em novembro de 2010, foram arrecadados R\$ 17,505 bilhões - maior valor da série histórica da Previdência.

Nova contabilidade

A Previdência Social adotou, desde agosto de 2009, uma nova metodologia para apresentar o resultado mensal do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Os dados dos setores urbano e rural passaram a ser divulgados de maneira desagregada, ou seja, com informações específicas sobre as receitas, despesas e necessidade de financiamento de cada uma das duas modalidades.

A nova metodologia foi aprovada por consenso durante o Fórum Nacional de Previdência Social, realizado em 2007. Os participantes entenderam que separar as contas dá mais transparência aos números do RGPS.

No setor rural, os dados do RGPS mostram um aumento da necessidade de financiamento. No entanto, a fonte é o Tesouro Nacional, de acordo com o modelo brasileiro de previdência idealizado pelos constituintes, em 1988. A idéia é garantir ampla cobertura previdenciária aos segurados especiais (agricultores familiares e assalariados rurais - responsáveis por mais de 70% dos alimentos consumidos no País - quilombolas, pescadores artesanais, extrativistas e indígenas).



Mais empresas investem no trabalho decente

O Fator Acidentário de Prevenção (FAP), Instituído em 2003, foi implementado em janeiro de 2010 com o objetivo de incentivar a melhoria das condições de trabalho e da saúde do trabalhador, estimulando individualmente cada empresa a adotar políticas efetivas de saúde e segurança no trabalho, para reduzir a acidentalidade.

Como resultado positivo dessa política de grande impacto social para o país, em 2011 844.531 empresas que mais investiram no trabalho decente e na cultura de prevenção de acidentes. Terão contribuição reduzida ao Seguro Acidente do Trabalho (SAT). Além disso, dessas empresas, 776.930 (84,19%) terão a maior bonificação possível, de acordo com a nova metodologia do fator.

Esse número de empresas bonificadas com a aplicação do FAP representa 91,52% de 922.795 empresas que contribuem ao Seguro Acidente e integram 1.301 subclasses ou atividades econômicas do país. Ficam fora dessa tributação cerca de 3,6 milhões de pequenas e microempresas, já que elas recolhem os tributos pelo sistema simplificado, o Simples Nacional.

Somente 78.264 empresas contribuintes, ou 8,48% terão aumento na alíquota de contribuição ao SAT em 2011, pois apresentaram acidentalidade superior à média do seu setor econômico.

O novo FAP, aprovado por unanimidade pelo Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), vai ajudar a diminuir o Custo Brasil, que consome anualmente quase 2% do PIB, ou seja, R\$ 56 bilhões, em despesas diretas e indiretas, em decorrência da acidentalidade e das condições insalubres, penosas e perigosas no ambiente de trabalho.

Com a entrada em vigor do FAP, o valor de contribuição do Seguro Acidente de cada empresa pode ser reduzido à metade para quem investir em saúde e segurança no ambiente de trabalho; ou até dobrar, para aquelas que não tiverem o cuidado de proteger os seus trabalhadores, expondo-os a maiores riscos.

A filosofia da cobrança faz parte da modernidade dos grandes sistemas de seguro de acidentes existentes no mundo: paga mais quem tem acidentalidade maior em relação à sua atividade econômica. Pois a finalidade é a de incentivar a melhoria das condições de

trabalho e da saúde do trabalhador. Países como França, Canadá, Espanha, Colômbia, Argentina, Chile e México cobram, em média, em seus tetos máximos da taxaço de acidentes, quatro vezes mais que o Brasil.

Segurança e saúde

Uma conquista importante do país em 2010 foi a aprovaço da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST), pela Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho (CTSST). Desde 2005, o governo vinha construindo um documento de consenso nessa área, discussão que foi qualificada com a criaço da comissão em 2008 e a consolidaço das grandes linhas de atuaço da nova política no ano seguinte.

A PNSST tem como objetivo principal a promoço da saúde e a melhoria da qualidade de vida do trabalhador, prevenindo acidentes e danos à saúde relacionados ao trabalho, por meio da eliminaço ou reduço dos riscos nos ambientes laborais. As açoes no âmbito da política nacional vão constar de um Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho, que também deve ser aprovado pela CTSST.

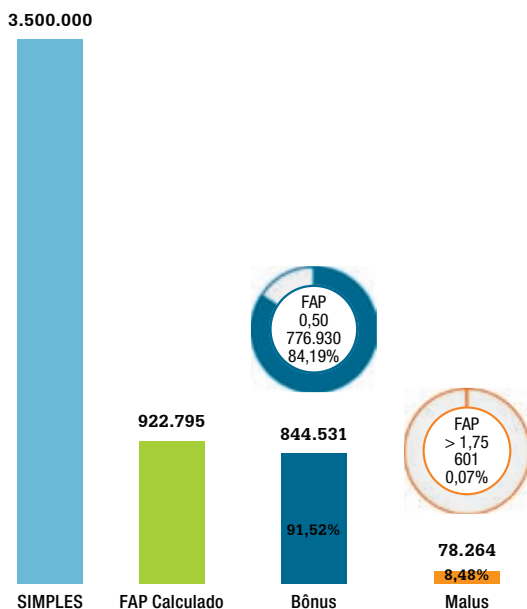
A discussão do novo plano fortalecerá os fundamentos e diretrizes para que o país avance na cultura da prevenço e diminua os acidentes, doenças e mortes no trabalho. Será um plano que vai combinar medidas como o FAP, a formaço permanente em Saúde e Segurança no Trabalho, aumento de estudos e pesquisas na área, mais

fiscalizaço e incentivos permanentes visando a ambientes seguros e saudáveis.

Na CTSST, além dos representantes do Governo Federal na área de Previdncia, Saúde e Trabalho, há a participaço paritária das centrais sindicais e das representaçoes empresariais. A comissão está priorizando sua açao no combate às mortes e invalidez permanente nos locais de trabalho, começando por dois setores econômicos mais críticos: a construço civil e o transporte rodoviário de cargas.

Os dois segmentos concentram o maior número de acidentes e mortes. Juntos, são responsáveis por 28% da mortalidade no país e 18% das incapacidades permanentes para o trabalho, provocando prejuízos sociais e econômicos significativos.

Distribuiço do FAP 2010/2011



Fonte: SPS/DPSO/MPS

Dataprev realiza maior migração de dados

Em um ano marcado por forte expansão nos investimentos, a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) se destacou, entre diversas ações realizadas, pela sua capacidade de atrair mão de obra qualificada com a realização de concurso público, motivar seu quadro funcional para cumprir metas ao lançar um programa de gratificações variáveis por resultados, ao modernizar seu parque tecnológico e ao avançar na maior migração de dados em sistemas em curso no mundo.

Modernização

Considerado o principal projeto em andamento na Dataprev, em 2010 a modernização tecnológica registrou um importante avanço: a abertura de 100% das ordens de serviço (OS) necessárias para a sua conclusão. Por trás de todas as ações, estão sistemas fundamentais para garantir a concessão de direitos aos cidadãos e o desejo da empresa de melhorar seu tempo de resposta às novas demandas de seus clientes, além de garantir sua independência tecnológica frente aos fornecedores.

Em linhas gerais, o projeto divide-se em

duas frentes de trabalho: a migração de dados e sistemas de mainframe (computador de grande porte) para plataformas abertas, a modernização do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) e o desenvolvimento da primeira fase do Sistema Integrado de Benefícios.

Este processo engloba nada menos que 7,2 milhões de linhas de código e quase 60 sistemas que estão saindo de mainframe para plataformas de tecnologia aberta, com todas as linguagens sendo convertidas em Java. Segundo o Gartner Group, esta é considerada a maior migração de dados e sistemas em curso no mundo. O processo, acordado e acompanhado por órgãos de controle, envolve todos os programas críticos do INSS e da Receita Federal do Brasil.

Investimentos

Assim como em 2009 – ano em que a Dataprev realizou o maior volume de investimentos da sua história –, em 2010 a empresa continuou investindo forte. Um comparativo entre os valores investidos no primeiro semestre dos dois anos revela um crescimento de 473%. Destacam-se

a aquisição de três mainframes da Unysis, que custaram R\$ 63,8 milhões, entre outros hardwares e softwares que permitiram a ampliação da capacidade de armazenamento e processamento dos Centros de Processamentos localizados em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

A empresa também foi destaque no Relatório de Execução do Orçamento de Investimento, elaborado pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O documento publicado no Diário Oficial da União revelou que entre as estatais federais, até o outubro de 2010, a Dataprev foi que teve o segundo melhor desempenho do ponto de vista da capacidade de execução do orçamento.

Gestão

Com o objetivo de otimizar os processos de gestão na área-meio (áreas administrativas, pessoas e de finanças), a Dataprev adquiriu, customizou e desenvolveu diversos sistemas, entre os quais se destacam o Projeto Sigma, o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) e o Sistema de Gestão de Pessoas (SGPe)

Projeto Sigma: Foi criado em maio de 2010 para ser uma solução de gestão integrada para as áreas-meio da Dataprev. Mensalmente, tramitam na empresa, oito mil documentos administrativos, são produzidos mais de 3 milhões de relatórios impressos e atendidos cerca de 20 mil chamados de usuários. Para otimizar essas atividades,

está em fase de implementação o sistema de gestão integrada ERP (*Enterprise Resource Planning*), que melhorará o fluxo das informações por meio um software que facilitará o trabalho de planejamento e gerenciamento administrativos.

SCDP: Para modernizar a sistemática de viagens, foi implantado, na Dataprev, em abril, o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP). Utilizada em mais de 30 instituições federais, a ferramenta foi desenvolvida pelo Serpro para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). A Dataprev promoveu uma customização do sistema de viagens e o adequou às necessidades da empresa. Com o novo processo os empregados ganharam mais flexibilidade na escolha da hospedagem, pois passaram a receber diárias e decidir onde ficar, sem precisar se limitar à relação dos hotéis conveniados.

SGPe: O novo Sistema de Gestão de Pessoas (SGPe) substituirá o Sistema de Gestão de Recursos Humanos (GRH). A estimativa é que a ferramenta entre em produção no início de março de 2011. O objetivo da aplicação, em sua primeira versão, é gerenciar a folha de pagamento dos empregados. Inicialmente o sistema foi desenvolvido pelo Serpro e a Dataprev deu continuidade ao processo.

Força de trabalho

Concurso Público: Para formar um cadastro reserva com 1.027 profissionais de níveis médio e superior, a Dataprev realizou, em maio de 2010, concurso público que contou com

21.886 inscrições, um volume 85% maior que o do concurso realizado em 2008. A grande procura foi atribuída aos crescentes investimentos em Tecnologia da Informação (TI) e em pessoas, que a empresa tem feito nos últimos anos. O cadastro é composto por 27 diferentes perfis e o mais procurado, com 4.013 inscritos, foi o de sustentação de produtos e serviços, cuja atribuição principal é dar suporte aos produtos da área de TI e às Unidades Regionais, que atendem clientes, como INSS e Ministério do Trabalho e Emprego.

Metas: A Gratificação Variável por Resultados (GVR) e a Gratificação Complementar por Resultados (GCR) foram implementadas

na Dataprev em abril e maio de 2010, respectivamente. O pagamento está atrelado a resultados traduzidos por metas empresariais e setoriais. A GVR é voltada aos empregados ativos que não ocupam funções de confiança; aos empregados que ocupam as funções de gerente de serviço; supervisores; supervisores médicos do trabalho e secretárias de diretoria, excetuando-se empregados cedidos ou liberados. A GCR tem como público-alvo os empregados do quadro efetivo, extra-quadro e requisitados que exerçam na empresa função de confiança, com exceção dos ocupantes da função de gerente de serviço.

Dataprev 2010

Ampliação dos Centros de Processamento (CP): a capacidade de armazenamento da empresa aumentou para quase 2 petabytes.

Maiprev: internalizou e melhorou as funcionalidades do Sistema de Monitoramento e Análise das Informações da Previdência Social, ferramenta importante no combate às tentativas de fraude.

Previc: implantou o primeiro sistema desenvolvido para a Previc, o Sistema de Controle de Autos de Infração (Scai).

CNIS mais rápido: todos os serviços do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) foram migrados para o novo mainframe Libra 780. Com isso, a Dataprev aumentou em 15% o processamento do banco de dados do INSS.

TV Digital Social: realizou a primeira transmissão ao vivo, com total interatividade, com os cidadãos podendo acessar os serviços básicos da Previdência Social. A transmissão foi realizada pelo canal da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Portal CNIS: entregou o Portal do CNIS desenvolvido em plataforma baixa, parte da migração de dados e sistemas de *mainframe* para plataformas abertas.

Cresce patrimônio dos Regimes Próprios

O patrimônio dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), investido no mercado financeiro, teve um crescimento de mais de 150% nos últimos oito anos. Subiu de R\$ 19 bilhões em 2003 para R\$ 50 bilhões em novembro deste ano. Esse montante de recursos investidos é a “poupança” previdenciária dos estados e municípios que têm seus regimes próprios de

proteção social, representando a fonte que vai garantir o pagamento de aposentadorias e pensões de servidores públicos no futuro.

Nos últimos anos, outros avanços importantes marcaram os Regimes Próprios. Maior flexibilidade para investir no mercado financeiro, qualificação dos gestores e regras gerais para o reconhecimento das aposentadorias especiais foram algumas conquistas.

Aplicações

Desde 2009, os RPPS conquistaram maior flexibilidade para investir no mercado financeiro. Em novembro de 2010, novas regras foram definidas pela Resolução 3.922, aprovada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

O objetivo das diretrizes é garantir maior segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, flexibilidade e transparência na aplicação dos recursos financeiros dos Regimes Próprios. Além de maior facilidade para aplicar nos fundos de investimento disciplinados pela Instrução Normativa nº 409/2004, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Qualificação

Os Regimes Próprios de Previdência Social estão sob processo intenso de profissionalização de seus dirigentes,

cumprindo um programa de modernização e qualificação, que será concluído em junho de 2011 com a certificação de mil municípios com patrimônio de até R\$ 5 milhões investidos no mercado financeiro.

Aposentadorias Especiais

Desde julho de 2010 os regimes próprios da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios passaram a ter regras gerais e orientações para reconhecer o tempo de serviço público exercido por servidores sob condições que prejudiquem a saúde ou a integridade física, para fins de concessão de aposentadoria especial.

É o que estabelece a Instrução Normativa (IN) nº 1, da Secretaria de Políticas de Previdência Social (SPS), para os casos em que o segurado esteja amparado por mandado de injunção, concedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A Instrução Normativa foi aprovada em razão de não haver regulamentação legal para garantir a aposentadoria especial aos servidores públicos.

Previdência no Serviço Público

RPPS Instituídos no Brasil

Possibilidade propiciada pela Constituição Federal e pelo RJU (Lei 8.112/90)

União

26 Estados + Distrito Federal

1.911 Municípios (34% do Total)

Os demais 3.679 municípios estão vinculados ao INSS

A Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPS, por intermédio do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público é o órgão de supervisão, normatização e orientação dos RPPS no país.

Previdência Complementar passa por reformulações

A Previdência Complementar vem passando por reformulações com o intuito de consolidar o regime e enfrentar novos desafios, além de garantir a representatividade da poupança brasileira, por meio dos fundos de pensão.

A reorganização buscou conferir mais capacidade de análise, supervisão e formulação de políticas públicas e teve, em 2010, como principal objetivo promover o fomento, aperfeiçoar e fortalecer o Regime de Previdência Complementar, consolidando-o como um instrumento de segurança econômico-financeira e bem-estar social.

Hoje, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (fundos de pensão) exercem importante papel no cenário econômico e social do Brasil. A representatividade da poupança previdenciária gerada nessa atividade, da ordem de 17% do Produto Interno Bruto (PIB), os benefícios obtidos por meio da execução dos planos e os decorrentes da aplicação do patrimônio influenciam de forma direta e indireta no desenvolvimento social e econômico-financeiro.

A atuação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar na garantia de uma renda adicional aos participantes e assistidos é fundamental para a tranquilidade de milhões de trabalhadores e suas famílias.

Gestão

Para pensar e formular políticas públicas para o RPC foi criada, no final de 2009, a Secretaria de Políticas de Previdência Complementar (SPPC) - responsável pela definição de diretrizes aplicáveis à atuação dos Fundos de Pensão. E ainda pela avaliação das propostas de alteração das normas e os possíveis impactos sobre o Regime.

A SPPC propõe a edição de normas ao Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), além de realizar a supervisão das atividades do ente fiscalizador, com base em Acordo de Metas de Gestão e Desempenho firmado entre o MPS e a Previc.

Aperfeiçoamento

Foram definidos dois colegiados específicos: um para a regulação e outro para atuação

como órgão recursal, respectivamente, Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e Câmara de Recursos da Previdência Complementar (CRPC).

Regulação

O CNPC é um colegiado presidido pelo Ministro da Previdência Social. Sua composição abrange a representação dos entes governamentais, que possuem relação com as atividades do RPC, dos participantes e assistidos, dos fundos de pensão e dos patrocinadores e instituidores - todos com mandato de dois anos, passíveis de uma única recondução.

Os integrantes do CRPC têm mandato de dois anos, permitida uma única recondução e a exigência de que possuam experiência em matéria jurídica, administrativa, financeira, contábil, atuarial, de fiscalização ou de auditoria. Esta câmara atua como instância recursal do RPC, no âmbito administrativo, a qual compete apreciar e julgar os recursos contra as decisões do órgão de fiscalização e supervisão, além das impugnações referentes à Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar (Tafic). A Câmara é presidida por servidor público de carreira designado pelo Ministro da Previdência Social.

Atribuições da SPPC

A Secretaria, em seu primeiro ano de funcionamento, focou as atividades na estruturação e organização física e de recursos humanos; e na estruturação e funcionamento dos novos colegiados do Regime de Previdência Complementar.

Com o intuito de informar e orientar, uma das suas atribuições institucionais, a SPPC ainda atualizou, editou e distribuiu uma coletânea de normas aplicáveis ao Regime de Previdência Complementar.

E preparou um estudo com a simulação de impacto aos cofres da União, decorrentes da proposta relativa ao Projeto de Lei que cria o Fundo de Pensão para os servidores públicos dos três poderes.

Previc traz segurança para os fundos de pensão

O ano de 2010 foi de estruturação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), autarquia criada em dezembro de 2009 pela Lei 12.154. O órgão de supervisão dos fundos de pensão consolidou sua autonomia administrativa e financeira, se fortaleceu e se instalou no Setor Bancário Norte, em Brasília.

Supervisão

Durante o ano, a Previc desenvolveu o projeto da Supervisão Baseada em Risco (SBR) em conjunto com o Banco Mundial, realizou reuniões técnicas, visitas aos fundos de pensão, produziu manuais de orientação, entre os quais o *Guia Previc - Melhores Práticas em Fundos de Pensão*, e promoveu encontros para disseminar os conceitos da SBR internamente.

As Instruções publicadas em 2010 também seguiram os princípios da SBR. Cabe destacar a Instrução nº 3, de 29 de junho de 2010, que cria o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), com a finalidade de promover a adequação de condutas tidas como irregulares com a legislação, e a Instrução nº 7, de 9 de novembro de 2010, que instala

a Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem (CMCA) da Previc. A competência da comissão é promover a mediação e a conciliação entre Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), e entre elas e seus participantes, assistidos, patrocinadores ou instituidores, podendo dirimir os litígios que lhe forem submetidos.

Educação Previdenciária

O desenvolvimento da Educação Previdenciária é considerado um eixo fundamental para a autarquia. Dentro desse tema, a Previc realizou seminários para orientar a elaboração dos programas de educação previdenciária pelas EFPC, e participou de palestras por todo o País, difundindo a importância da educação previdenciária e financeira.

Concurso Público

Um concurso público, previsto para janeiro de 2011, iniciará a formação do quadro de servidores próprios da autarquia. Das 100 vagas disponíveis, 60 são destinadas a cargos de especialista em previdência complementar, 20 para cargos de analista

administrativo sendo ambos de nível superior. As demais 20 vagas são para técnico administrativo de nível médio. Outras 100 vagas serão disponibilizadas em um próximo concurso, ainda sem data prevista.

Crescimento

Um balanço realizado pela Superintendência mostrou que o sistema de previdência complementar brasileiro cresceu consideravelmente nos últimos anos. Desde 2003 foram realizadas 5.907 autorizações, o que engloba criação e alteração de estatutos de EFPC; criação, cisão, fusão, alteração de regulamento e transferência de gerenciamento de planos de benefícios, convênio de adesão, aditivos e retirada de patrocínio, sendo que 758 foram feitas no ano de 2010.

Este ano foram criadas quatro novas EFPC, das quais duas são de patrocinadores e duas de instituidores. Foram aprovados 52 novos planos de benefícios, dos quais 45 são patrocinados que atendem os colaboradores

de empresas privadas ou públicas e sete são instituídos (*veja o box*).

O Sistema de Previdência Complementar brasileiro conta atualmente com 369 EFPC, 1.068 planos previdenciários, 2.728 patrocinadores, 2.742.319 participantes e assistidos, com um patrimônio de R\$ 512,8 trilhões, distribuídos em três modalidades de planos de benefícios (benefício definido - BD, contribuição definida - CD e contribuição variável - CV).

Análise prévia

A evolução do sistema e da Previc não se destaca apenas nos números. A implantação da análise prévia eletrônica, criada pela Instrução nº 30, de 19 de março de 2009, permitiu que os processos de autorização fossem realizados com maior agilidade, desonerando tanto o trabalho da autarquia, quanto das entidades. Com esse sistema, todos os trâmites são feitos eletronicamente, reduzindo o tempo de resposta, os custos com impressão e o volume da documentação arquivada.

Previdência Associativa

A previdência associativa tem o objetivo de democratizar o acesso à Previdência Complementar. Viabiliza a criação de fundos de pensão por meio do vínculo associativo, para associações, sindicatos e cooperativas. A entidade de classe é denominada de instituidor. A previdência associativa conta com cerca de 200 mil participantes, entre ativos e dependentes, com recursos garantidores que já se aproximam do primeiro bilhão de reais.

EsportePrev beneficia cerca de 6 mil atletas

O Ministério da Previdência Social, criou um plano de previdência complementar que beneficiará atletas de todo o país. É o EsportePrev, modalidade de proteção complementar à previdência pública que ajudará, inicialmente, 6 mil atletas.

O plano foi elaborado com a colaboração de vários integrantes da categoria e dirigentes de futebol e foi estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD). Foi criado por meio de convênio de adesão entre a Fundação Petrobrás de Seguridade Social (Petros) - entidade fechada de previdência

complementar (EFPC) que irá administrar o plano de benefícios - e seis sindicatos de atletas profissionais do país, que serão os instituidores.

A adesão ao plano será feita por meio do vínculo associativo, ou seja, o atleta deve ser filiado a algum dos sindicatos instituidores para poder contribuir e, futuramente, receber os benefícios complementares.

Os sindicatos instituidores do plano de benefícios EsportePrev estão no do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Paraíba, Mato Grosso do Sul e São Paulo.



Ouvidoria é canal direto com o segurado

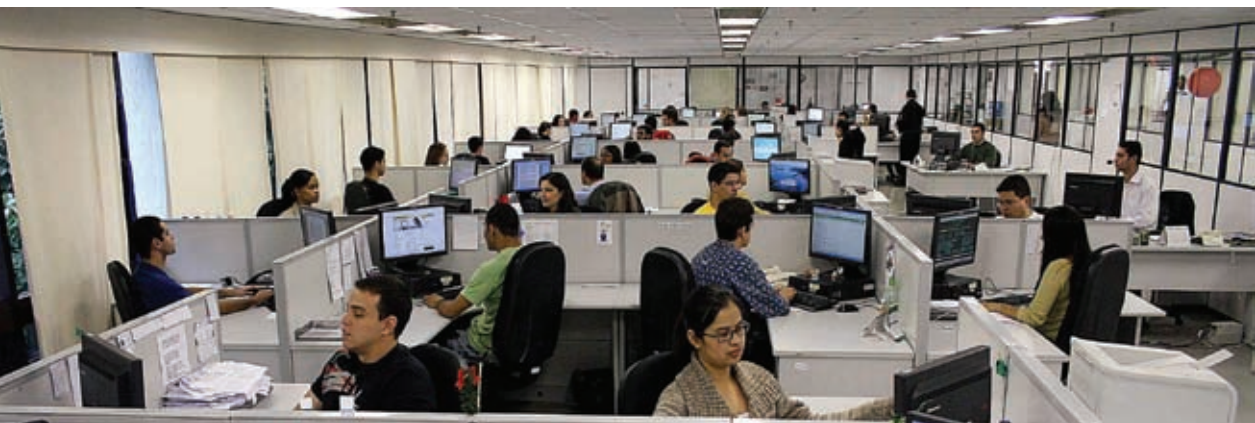
Criada em 1998, a Ouvidoria-Geral da Previdência Social se tornou a maior ouvidoria pública da América Latina e a mais antiga da administração pública brasileira. Com a função de ser um canal de comunicação direto com o cidadão, a ouvidoria desempenha um papel estratégico ao lidar com as mais de 500 manifestações recebidas diariamente (inclusive finais de semana e feriados), entre reclamações, sugestões, elogios e denúncias.

A Ouvidoria tem contribuído para o incremento da qualidade do atendimento previdenciário. As informações produzidas a partir das impressões dos cidadãos a respeito dos serviços oferecidos subsidiam os gestores na formulação de políticas estratégicas.

Em 12 anos, a Ouvidoria-Geral recebeu mais

de 2 milhões de manifestações. Somente em 2010 foram 152,8 mil registros. Mesmo com a grande demanda, as manifestações são avaliadas em, no máximo, seis dias. Em 45% dos casos, o cidadão recebe a resposta neste prazo. Nos demais, o pleito é encaminhado às áreas técnicas da Previdência Social e o tempo de resposta dependerá da complexidade da solicitação.

O cidadão tem facilidade para entrar em contato com a Ouvidoria. As opções são: ligar para a Central 135 e digitar a opção 3 do menu eletrônico. Se preferir usar a internet, pode acessar o portal da Previdência Social (www.previdencia.gov.br) e clicar no link “Ouvidoria-Geral”. A manifestação também pode ser apresentada pessoalmente ou por carta, enviada à sede do órgão em Brasília.



Mais próxima dos brasileiros pelo twitter

Utilizar as mídias sociais para esclarecer, informar e orientar a sociedade. Esse é o objetivo do Ministério da Previdência Social (MPS) com seu perfil no Twitter: <http://twitter.com/previdencia>. O serviço, criado em novembro de 2009, conta com mais de 8 mil seguidores e recebe em média, por dia, 20 tuites - nome dado aos textos inseridos na página. São pedidos de apoio na interpretação de leis, críticas e elogios ao serviço *on line*.

A página também é utilizada para agilizar a transmissão de notícias e informações sobre o órgão e a temática da Previdência Social. A proposta do serviço é estar onde o usuário está. Desde sua criação, o twitter da Previdência teve sua rede de seguidores ampliada diariamente, contabilizando uma média de 30 novos seguidores por dia. Os elogios postados no endereço são a certeza de que o serviço tem cumprido seu propósito, que é atender e informar o cidadão brasileiro.

O serviço do twitter distingue-se do serviço da Ouvidoria. Com apoio de jornalistas e técnicos, o twitter da Previdência serve para responder a questionamentos sobre legislação previdenciária, dar orientação

sobre os serviços do ministério e, até, mesmo, auxiliar na navegação do site do órgão (<http://www.previdencia.gov.br>). À Ouvidoria cabe atender às demandas de reclamações, sugestões, denúncias e elogios.

Para garantir o dinamismo que o internauta está habituado a ter no universo da internet, foi criada uma página de suporte para o twitter da Previdência. Trata-se do Form Spring, serviço gratuito de perguntas e respostas rápidas. Com a nova ferramenta, a equipe que faz a gestão do twitter passou a responder aos questionamentos com ainda mais agilidade, diminuindo o tempo de atendimento ao usuário, de até três dias para, na maior parte dos casos, até 24 horas. As respostas do twitter são elaboradas pela área técnica do Ministério.



Programa reduz as demandas judiciais

O Programa de Redução de Demandas Judiciais, criado em junho de 2008 pela Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional de Seguro Social (PFE/INSS), resultou na estabilização do volume de concessões judiciais de benefícios em relação ao total concedido administrativamente.

As medidas foram responsáveis, nos últimos dois anos, pela redução de 10% do número de processos que tramitavam contra o INSS na Justiça. Nos anos anteriores, o volume de ajuizamento de ações judiciais contra decisões administrativas do Instituto apresentava ritmo intenso de crescimento. Esse controle é feito pelo Índice de Concessão e Reativação em Grau de Recurso Administrativo ou Ação Judicial (ICRJ).

O ICRJ aponta os reflexos das decisões judiciais no volume total de benefícios concedidos pela Previdência Social e as reativações judiciais através de recurso administrativo. Até 2009 o indicador gerencial era conhecido como Índice de Concessões Judiciais – ICJ.

Cidadania

Em 2010, a Previdência Social realizou 153.920 acordos processuais, efetivados durante os mutirões itinerantes e fixos. Além de tornar o serviço prestado ao cidadão mais eficaz e evitar a prorrogação de processos judiciais, a concessão desses benefícios tem sido responsável pela injeção de milhões de reais na economia dos estados e municípios.

Promovidos pelos Juizados Especiais Federais, os mutirões alcançam municípios de difícil acesso em todos os estados. A iniciativa torna viável a análise e o julgamento de processos em locais onde não existem varas federais. Procuradores e servidores participam de, no mínimo, 2,5 mil audiências em cada mutirão.



NA PREVIDÊNCIA SOCIAL VOCÊ
NÃO PRECISA CONTRATAR NINGUÉM
PARA TER O SEU BENEFÍCIO.



Para requerer um benefício, agende o atendimento em
www.previdencia.gov.br ou ligue **135** e siga as orientações.